

## MEMÓRIAS DE ORQUÍDEA: ALUNA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL MODERADA DA APAE DE TURVO

### MEMORIES OF ORCHID: STUDENT WITH MODERATED INTELCTUAL DEFICIENCY

Giovana Gonçalves Nazário<sup>1</sup>  
Marli de Oliveira Costa<sup>2</sup>

**RESUMO:** Esse estudo apresenta, a partir dos conceitos de memória e deficiência, a história de vida de uma pessoa com Deficiência Intelectual Moderada, residente no município de Turvo/SC. O objetivo é compreender as experiências de vida no meio familiar e escolar, por meio de suas lembranças. A metodologia utilizada foi a análise das memórias obtidas por intermédio da história oral de vida. Os referenciais teóricos mais utilizados foram: Sasaki (2003), Bosi (1994), Pereira (2013), Meihy (2005), Silva (2009), dentre outros. Como resultado, percebe-se as dificuldades e os sucessos ao longo de sua história de vida para superar as dificuldades familiares e da sociedade, na acolhida de uma pessoa com deficiência.

**PALAVRAS CHAVE:** Deficiência. História Oral. Memória.

**ABSTRACT:** This study introduces, based on the memory and deficiency concepts, the history's life of a person with moderated intellectual deficiency, lived in the municipality of Turvo/SC. The objective is to understand the experiences of life in the family and school environment, through your memories. The methodology utilized was a analysis of the memories obtained by means of oralhistory's life. The theoretical references more utilized were: Sasaki (2003), (1994), Pereira (2013), Meihy (2005), Silva (2009), amongst others. As a result showed that the difficulties and success throughout its history's life for to top the familiars difficulties and of the society in the welcomed of a person with deficiency.

**KEYWORDS:** Deficiency. Oral history. Memory.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia – UNESC. Email: giovanna\_nazario@hotmail.com

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº2, julho/dezembro 2019.– Curso de Pedagogia – UNESC

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado de uma pesquisa sobre as lembranças de uma aluna diagnosticada com Deficiência Intelectual Moderada da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Turvo/SC.

A escolha deste tema se vincula a minha simpatia com a trajetória da educação especial. Sabe-se que ao longo da história da humanidade, as pessoas com deficiência foram tratadas de diversas maneiras, muitas vezes segregadas do âmbito familiar e social e desacreditadas de suas capacidades, sofrendo com o preconceito e a desvalorização por não se enquadrarem em um “ideário” imposto pelas sociedades.

Partindo da concepção de exclusão social, surgiram algumas dúvidas sobre o tratamento das famílias ao receberem uma criança com deficiência. Por esse motivo fui investigar um caso particular e tentar responder ao seguinte problema: De que maneira as memórias de uma pessoa com Deficiência Intelectual Moderada permitem conhecer aspectos sobre a forma como a família e a sociedade acolheram essas pessoas?

Esse trabalho tem por objetivo geral compreender as experiências de vida no meio familiar e escolar de uma mulher com Deficiência Intelectual Moderada. Como objetivos específicos busquei: apresentar como as pessoas com deficiências foram tratadas na história; compreender as experiências de trabalho infantil de pessoas com deficiência; analisar o processo de rememoração de Orquídea.

A pesquisa caracteriza-se como uma abordagem de cunho qualitativo, pois, como ressalta Minayo (2003), uma pesquisa qualitativa se volta à realidade particular, a qual conterà uma variedade de sentimentos e significados que não poderão ser submetidos a uma tradução variável, ou seja, uma tradução numérica.

Nesse pressuposto, a pesquisa possui o caráter de natureza básica, pois o objetivo está na construção do saber intelectual, sem a realização de problemáticas a serem resolvidos posteriormente. No mesmo sentido, se caracteriza como pesquisa descritiva, pois como é ressalta Gil (2002) uma pesquisa de cunho descritivo visa a realização da descrição de

---

<sup>2</sup> Orientadora Profa. Dra. Dos cursos de pedagogia e História da Universidade do Extremo sul Catarinense – UNESC. Email: moc@unesc.net.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº2, julho/dezembro 2019.– Curso de Pedagogia – UNESC

características de determinado assunto. E quanto ao seu procedimento, esse estudo se desenvolveu por intermédio de uma entrevista, utilizando-se a metodologia da História Oral, com uma aluna da APAE de Turvo, pertencente a turma de Serviço de Atendimento Laboral (SAL) e diagnosticada com Deficiência Intelectual Moderada. Quanto a história oral, tem-se a seguinte concepção:

A história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamentos e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do “tempo presente” e também conhecida como ‘história viva’. (MEIHY, 2005, p.17)

Ademais, o autor completa que para a construção da história oral, tem-se como elementos indispensáveis: “questões como vida social, cultura, situação econômica, política e religião devem compor a história de quem é entrevistado”. (MEIHY, 2005, p. 151)

Nesse sentido, como aponta a metodologia, há a presença da fala da pessoa com deficiência. Essa fala permite a participação ativa daqueles que historicamente foram, por muitas vezes, não ouvidos e excluídos da sociedade. A história oral então possibilita a participação dos entrevistados como narradores de sua própria história.

Dessa forma, se diz que a história “pode ser de todos, mas preferencialmente tem sido feita sobre grupos menos contemplados pela história oficial. Paradoxalmente, é para a maioria das pessoas que a história oral tem sido elaborada. (MEIHY, 2005, p. 38-9)

De acordo com a história oral, segui os seguintes passos: Pré entrevista, na qual localizei a entrevistada e marquei a conversa. A entrevista que totalizou a quantia de uma hora, três minutos e 37 segundos, realizada na APAE de Turvo, na sala da psicóloga, cedida pela mesma para tal. Após, transcrevi e organizei a fala, corrigindo os excessos de palavras repetidas e organizando as temáticas de sua vida, como as lembranças da família, do trabalho na infância e das brincadeiras e, por último, suas lembranças da vida escolar. Na sequência levei o texto para que assinasse o termo de consentimento de participação na pesquisa, para o uso no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, assinada por M.V, irmão de Orquídea e atual responsável da mesma. Para a sua identificação escolhi junto com ela um nome fictício a fim de preservar sua identidade.

Para complementar e dar mais subsídios ao estudo, foi analisado a *anamnese* feita pelo psicólogo com a mãe da aluna na época da matrícula na Instituição e colhido depoimento da orientadora pedagógica da mesma instituição.

Para abordar o objeto de pesquisa, necessitei saber de alguns conceitos para poder compreender o objetivo. Revistei a história da inclusão de alunos e alunas com deficiência, utilizando: PEREIRA (2013), GUGEL (2007), SASSAKI (2003) e SILVA (2009). Para trabalhar com história oral precisei compreender a categoria memória, sendo que autores que me deram suporte foram principalmente: BOSI (1994) e MEIHY (2005).

Esse artigo foi dividido em seis partes. Procuo nessa divisão apresentar Orquídea, mostrar suas lembranças da família, da infância, do trabalho na roça, de seus brinquedos e brincadeiras, de suas experiências com a escola e da frequência na APAE.

Desse modo, apresento suas memórias e busco evidenciar sentimentos e seu jeito de perceber o mundo.

## **2 APRESENTANDO ORQUÍDEA E UM POUCO DA HISTÓRIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS**

Conforme mencionado anteriormente, esse estudo tem por principal documento, a história oral de vida de uma mulher com deficiência intelectual moderada, que frequenta a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Turvo. Para compor a história dessa mulher, realizei a entrevista com a mesma e colhi depoimentos com a orientadora pedagógica da APAE. Início então apresentando Orquídea e posteriormente suas lembranças no convívio familiar.

Orquídea nasceu no dia 21 de Novembro de 1964, no Bairro Arizona, da cidade de Jacinto Machado. A mesma possui diagnóstico de Deficiência Intelectual Moderada. Em relação a data do seu primeiro diagnóstico, como seus progenitores atualmente são falecidos, os familiares não possuem informações acerca da data do respectivo laudo, dessa forma, quem pôde me esclarecer sobre esses fatos, foi a orientadora pedagógica já mencionada.

A orientadora pedagógica da APAE me passou informações retiradas da *anamnese* que o psicólogo da instituição realizou com a mãe de Orquídea no processo da

matrícula no ano de 1990. Neste documento constam informações sobre a gestação, nascimento e acontecimentos posteriores da vida da entrevistada.

Em relato ao psicólogo a mãe de Orquídea comentou que durante sua vida passou por 12 gestações: sete filhos estão vivos, três natimortos e dois de seus filhos vieram a falecer com aproximadamente sete dias sem explicação médica, um desses após o nascimento da entrevistada. Em relação à gestação de Orquídea, a mãe ressaltou que passou por muitos momentos conturbados por motivos familiares e que sofreu de cólica renal, entretanto não há relatos se houve o uso de medicação ou tratamento para tal problema.

Quanto ao nascimento, a mãe afirmou que a filha nasceu muito pequena, (nos autos do psicólogo consta suspeita de desnutrição), com o corpo roxo e não houve choro após o nascimento, fato que vem caracterizar assim, como resalta Funayama (2005), anóxia neonatal, a qual é definida como a ausência de oxigênio nas células do recém-nascido.

Na sua primeira infância (até os três anos), Orquídea teve suspeita de meningite, porém não há dados comprobatórios médicos sobre tal acontecimento. Orquídea também teve, segundo sua mãe, várias crises convulsivas, as quais a deixavam com as mãos e os pés arroxados. Caminhou somente com um ano e meio de idade e suas primeiras falas ocorreram por volta dos três anos, caracterizando como atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, que de acordo com Dornelas et al. (2015) o “atraso do desenvolvimento é uma condição em que a criança não está se desenvolvendo e/ou não alcança habilidades de acordo com a sequência de estágios pré-determinados.”

A partir desses dados, pode-se inferir que os primeiros anos de vida de Orquídea trouxeram a sua família dúvidas e inseguranças, como resalta Pereira (2013, p.102), ao referir-se a história de vida de pessoas com deficiência em Maracajá: “Ao se deparar com a chegada de um filho com deficiência os sentimentos de alegria e satisfação podem ser substituídos por tristeza, insegurança, angústia, revolta, medo do desconhecido e do que a sociedade vai falar, dentre outros.”

O desconhecimento familiar perante o atraso em andar e falar, a falta de estímulos e a pouca informação acerca das diferentes deficiências, geralmente levavam alguns pais a realizarem comparações com seus outros filhos e filhas, caso os tenham. Isso também ocorreu com Orquídea, sua mãe a descreveu ao psicólogo como um bebê muito chorão e

diferente dos demais irmãos.

Ainda com base nos documentos da Instituição, a entrevistada foi matriculada na APAE, apenas no dia 10 de Dezembro de 1990, com 26 anos de idade. Tal dado nos remete a historia das pessoas com deficiências, pois, em períodos passados, essas pessoas tinham seus diagnósticos tardios, dificultando o atendimento educacional. Assim como ressalta Pereira (2013), ao referir-se aos séculos passados:

Sabe-se que a deficiência e outros problemas de fatores orgânicos ou hereditários poderiam ser evitados com medidas preventivas, antes, durante, no momento do parto e após o nascimento, mas nesse período esses recursos eram de difícil acesso. O diagnóstico tardio dificultava ainda mais o tratamento e o controle de natalidade não era feito na população. (PEREIRA, 2013, p.101)

Por este motivo, as crianças com deficiências foram tratadas e vistas de maneira desumana e desrespeitosa na maioria das sociedades. A deficiência sempre se fez presente na historia da humanidade, sendo repreendidos, segregados, excluídos e julgados todos que possuíam alguma diferença em relação ao ideário imposto pelas sociedades.

Em relação aos primeiros grupos humanos, ou seja nas primeiras civilizações, Gugel (2007) cita que não se tem dados sobre como as pessoas com deficiências eram consideradas e tratadas, o que se tem são indícios de que tais pessoas, não sobreviviam em tal período, pois como precisavam de cuidados especiais, as tribos as quais pertenciam, os “eliminavam” para que não houvesse atraso em seus afazeres.

Na Idade Antiga (4000 a.c- 476 d.c), conforme Silva (2009) na civilização Grega tinha-se a concepção de que as pessoas com deficiência não poderiam participar ou cumprir papéis dentro da sociedade. A criança que, ao nascer, apresentasse alguma anomalia, era considerada feia e disforme, era entregue pela família a anciões que se encarregavam do sacrifício, abandonados em locais considerados sagrados para que se realizassem os desejos dos deuses, ou jogados em precipícios, em prol da exterminação.

Posteriormente com a civilização Romana, a desconsideração para com a pessoa com deficiência continuava a se fazer presente. Neste período, os pais podiam tanto exterminar uma criança que apresentasse deficiência logo ao nascer, quanto os abandonar. Devido ao abandono, muitas dessas crianças acabavam sendo recolhidas por pessoas para que realizassem diversos trabalhos, na condição de escravos.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº2, julho/dezembro 2019.– Curso de Pedagogia – UNESC

Assim como é ressaltado por Silva (2009) “extremamente notória em Roma também a utilização de meninas e moças cegas como prostitutas, além de rapazes cegos como remadores, quando não eram usados simplesmente para esmolar”, demarcando assim, como a visão dessas sociedades perante as pessoas com deficiências em não aceitarem e compreenderem as diferenças, faziam com que essas pessoas passassem por várias situações desumanas.

Ainda, de acordo com Silva (2009) com o advento do Cristianismo, na Idade Média (476-1453) passou-se a tratar as pessoas com deficiências com atitudes diferentes das cometidas em momentos passados, pois, neste período se propagava a ideia de que eliminando-as estariam indo contra os desejos divinos e que por esse motivo futuramente seriam castigados, por cometer tais atos

No entanto na Idade Média também, o clero avaliava as pessoas com deficiência como indivíduos acompanhados de espíritos e demônios que os tornavam “diferentes” o que também viria a resultar na exclusão destes na sociedade. Muitos desses indivíduos foram isolados e segregados do seu ambiente familiar, assim não vistos, poderiam também ser esquecidos. Como colocam Fernando David Vieira e Mário do Carmo Pereira:

Os modelos econômicos, sociais e culturais impuseram as pessoas com deficiência uma inadaptação social geradora de ignorância, preocupações e tabús que, ao longo de séculos e séculos, alimentam os mitos populares da perigosidade das pessoas com deficiência mental e do seu caráter demoníaco, determinando atitudes de rejeição e vergonha. (VIEIRA; PEREIRA, 2003, p. 17)

Ao longo dos tempos apenas no século XIX, depois das tantas atrocidades cometidas com as pessoas com deficiências, é que a sociedade começou a vê-los e considerá-los como pessoas de fato, passando assim a perceber que estes, necessitavam de cuidados e de atendimentos especiais.

Entretanto, assim como ressalta Pereira (2013) somente no final do século XX houve uma maior mobilização e procura sobre a proteção e a inserção destas pessoas na sociedade. Neste sentido, fez-se as realizações de Declarações e Convenções em prol a pessoa com deficiência, como, a Declaração de Salamanca, realizada na Espanha, que teve por objetivo reconhecer “[...] a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as

crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.” (BRASIL, 1994, p. 1)

Assim como, a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, realizada em maio de 1999, na Guatemala, onde se passou vetou qualquer forma de discriminação e exclusão das pessoas com deficiências.

Outro avanço importante, considerado atualmente como um marco nos Direitos Humanos, diz respeito à Organização da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que tem como propósito promover, proteger e assegurar os cumprimentos das leis para todas as pessoas com deficiência, visando o respeito e liberdade. Nesse sentido, a Convenção traz como definição para a pessoa com deficiência:

[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2009 p.3)

Orquídea nasceu no século XX, no interior de uma família de agricultores no sul do país, há 54 anos atrás. Não recebeu atendimento especial ao nascer e nem acompanhamento em sua infância. Sua deficiência não era visibilizada pela família e pela comunidade, no entanto a convivência familiar parece ter garantido certo desenvolvimento, visto que a APAE no município de Turvo foi inaugurada no dia 24 de Março de 1985, quando Orquídea tinha 21 anos de idade e ela somente começou a frequentar esse espaço com 26 anos de idade.

### **3 ORQUÍDEA RECORDA A RELAÇÃO COM SUA CASA, PAIS E IRMÃOS**

Na maior parte de seus relatos, Orquídea direciona suas lembranças para o contexto familiar, sendo este o primeiro ambiente de convivência da criança, marcado por um espaço de ensinamentos, definições de hábitos, cuidados e socialização, os quais se fazem indispensáveis no desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais de cada criança.

Primeiramente Orquídea rememora as características do local onde cresceu, descrevendo a sua residência e demais informações sobre o local: “minha casa era de madeira, grandona, tinha gato, cachorro, um monte de árvore que eu e meus irmãos subíamos, pra brincar e pegar as laranja, tinha as criação do meu pai e a ‘loça’ mais pra lá”.

Assim pode-se perceber que a memória de Orquídea sobre a casa que viveu na infância está associada ao seu corpo de criança e ao relembrar, reconstrói sua lembrança com base na realidade daquele tempo, mas como reflete Ecléa Bosi:

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI 1994, p.55)

Bosi (1994, p. 415), ao refletir sobre o tempo e a memória, afirma que nas evocações do tempo em que se é criança apresenta-se “larga, quase sem margens, como um chão que cede a nossos pés e nos dá a sensação de que nossos passos se afundam. Difícil transpor a infância e chegar à juventude”

Neste lar, Orquídea percorreu a sua infância com seus pais e irmãos. A mesma rememora vários momentos que ocorreram neste local, acontecimentos por vezes que resultam em sentimentos dolorosos refletido em sua recordação, como por exemplo, as atitudes do pai com sua mãe e o tratamento do mesmo para com os filhos. Diz ela:

Ele gastava tudo o dinheiro com coisa que não prestava, deixava ‘nóis’ passar fome. Ele bebia, os outros roubava os dinheiro no bar, quando ia cobrar, cobravam mais, sabe? A minha mãe tinha que ficar quieta se não apanhava quando ele chegava em casa, as vezes ele batia e ela dizia que ia embora ai ele parava, de certo por que ficava com medo de ela ir mesmo.

Evidencia assim, o modo como o pai agia dentro do lar. Em um contexto mais amplo pode-se inferir que por atitudes familiares vitimadas pelas desigualdades sociais, os familiares privam seus filhos de vários direitos necessários para seu desenvolvimento. Para ajudar na garantia do desenvolvimento das crianças foram promovidos subsídios para a criação de leis que protegem as crianças de situações familiares que as colocam em risco. Assim, se estabelece no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (1990) direitos, como:

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº2, julho/dezembro 2019.– Curso de Pedagogia – UNESC

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Ainda em lembranças quanto ao pai, Orquídea recorda ressaltando-o como um pai bravo:

Uma vez, sabe... aquilo, como é nome [pausa]. Aí aí, esqueci o nome... Ah! Sardinha! Ele chegou da 'loça' e queria comer e não tava pronto ainda, ele pegou e 'pow' [imitando barulho alto] destruiu tudo a comida no chão, não tava pronto né, dai ficou sem a comida ainda. [pausa] Ele era muito brabo, se a mãe não cuidasse 'nóis' apanhava até de corda... Era brabo, 'brabão', feioso.

No entanto, sobre sua mãe, ela evidencia outro sentimento: “minha mãe era boazinha, ela cuidava da gente, levava na missa de dia, de noite, ia andando, porque o pai sempre tava nos bar, pra coisa que não presta.”.

Nesse viés, Pereira (2013) salienta que é no contexto familiar onde se constroem relações, experimentam-se novas emoções e vivenciam-se os sentimentos, sendo neste local a qual a criança se sentirá protegida e respeitada e que será auxiliada para um desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Orquídea foi uma criança com deficiência intelectual, mas não teve um diagnóstico na infância, acabou sendo vista por muito tempo como apenas “diferente” dos irmãos e tratada de maneira igual a estes. Seu desenvolvimento psicomotor ficou ainda mais comprometido, como se pode-se inferir por meio de seus relatos.

Pereira (2013) também comenta sobre a chegada e adaptação da família com uma criança com necessidades especiais, ressaltando a importância da contribuição dos pais no desenvolvimento infantil desta criança. A primeira atitude da família ao receber uma criança com deficiência está em reconhecer e compreender qual deficiência que possui e de que maneira esta será refletida em sua vida, para que assim, juntos busquem meios que auxiliem no desenvolvimento de potencialidades.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº2, julho/dezembro 2019.– Curso de Pedagogia – UNESC

Como ressalta Bosi (1994) citando seus narradores, Orquídea recorda demonstrando afetividade sobre os dias em que iam visitar seus avós maternos na localidade de Morro do Meio, na cidade de Turvo/SC, porém os passeios e comemorações eram muito difíceis de ocorrer devido as condições financeiras da família: “Vez ‘nóis’ visitava a vó no Morro do Meio, ia de carro de boi, perto dos rio, a estrada de árvore, demorava pra chegá.”

Ainda em sua infância, Orquídea vivenciou a morte do pai em um acidente de trabalho, porém em seu relato não estendeu muitas lembranças sobre esse acontecimento, ressaltou apenas que: “Meu pai morreu na ‘loça’, puxando banana de carro, aí morreu num acidente.” No mesmo sentido, Orquídea rememora o falecimento da mãe, mas, por motivos de doença, por motivos de idade: “Minha mãe morreu quando já era bem velhinha, tadinha, ficou doente, doente...aí morreu. Aí, me dá um arrepio falar disso, eu não gosto.” Percebendo o desconforto de Orquídea quanto ao assunto, preferi não adentrar para lhe respeitar e respeitar sua dor.

Entretanto, é possível perceber por meio nesses relatos curtos, a forma como a morte e as lembranças tristes se caracterizam na lembrança de Orquídea como um momento o qual ela não gosta de relembrar. Evidenciando assim, o que Bosi (1994) comenta sobre a relação da memória com o tempo atual, com a realidade, mostrando que o passado é sempre repensado perante o sentimento atual, avaliando as experiências relembradas com mais ou menos intensidade.

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelo materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI 1994, p.55)

Desse modo, Orquídea relembra outro fato marcante em sua vida, o trabalho na roça, que envolvia toda a família, pois garantia a sua subsistência. Orquídea não foi poupada dessa função.

## 4 AS LEMBRANÇAS DO TRABALHO NA ROÇA

Orquídea foi criada com mais cinco irmãos e uma irmã, e desde muito cedo trabalharam na agricultura familiar, auxiliando seus pais nos afazeres da roça, para que assim conseguissem produzir mantimentos e também estocar para posteriormente direcionar a venda:

[...] ‘nóis’ saía cedo pra roça, carpia o mato do fumo, carpia do milho, do aipim, se tinha do feijão carpia também. Vez ‘nóis’ vendia, vez ficava pra comer. Se vendia comprava os açúcar, os sal [pausa]. Quando chovia, cuidava das criação catava capim pra dar pra eles, com os balaio pesado, tinha que carregar tudo, hoje dói aqui [mostrando pescoço]...

No que se refere ao trabalho das crianças para contribuir com o orçamento familiar, Miguel Arroyo afirma que:

Na precarização da vida familiar, na escassez de trabalho, do desemprego dos pais, as crianças são levadas a ser sujeitos ativos de trabalho para a sobrevivência pessoal e familiar [...] Desde bem criancinhas experimentam o seu viver, colado ao precário viver do seu coletivo familiar, social e racial. (ARROYO 2015, p.23)

A memória de Orquídea traz detalhes de suas tarefas, detalhes que mostram tanto as lidas na roça quanto o que faziam com a produção. Conforme indica Bosi (1994), essas lembranças do passado evidenciam a maneira como a memória se manifesta no presente, não apenas relembrar, mas com o intuito de reconstruir, de repensar as vivências do passado.

O relato de Orquídea possibilita-nos perceber que estes acontecimentos, voltados ao trabalho na infância, carregam um sentimento, um significado para a sua lembrança e se fazem presentes em sua vida. Nesse sentido, em relação a rememoração de acontecimentos, se faz necessário ressaltar que:

Sempre ‘fica’ o que significa. E fica não do mesmo modo: às vezes quase intacto, às vezes profundamente alterado. A transformação seria tanto mais radical quanto mais operasse sobre a matéria recebida a mão-de-obra do grupo receptor. Assim, novos significados alteram o conteúdo e o valor da situação de base evocada. No outro extremo, se a vida social ou individual estagnou, ou reproduziu-se quase que só fisiologicamente, é provável que os fatos lembrados tendam a conservar o significado que tinham para os sujeitos no momento em que os viveram. (BOSI 1994, p.66)

Os relatos de Orquídea nos indicam a forma como o trabalho marca a vida de uma criança, mostrando por meio de sua fala, a descrição de suas atividades e as consequências, caracterizadas como dor física reflete na sua vida adulta, no momento em que diz: “[...] com os balaio pesado, tinha que carregar tudo, hoje dói aqui [mostrando pescoço]...”

Orquídea recorda também de momentos em que queria ser apenas criança, ao invés de trabalhar, ir brincar com seus irmãos: “a gente queria ‘brinca’, né? Mas se fosse, apanhava do pai, tinha só que ir ‘trabaiá’.” Mostra, dessa forma, a maneira como os castigos físicos se faziam presentes dentro do trabalho infantil, o que evidência os significados de suas recordações sobre as atividades que realizava, pois caso estas não fossem cumpridas, as crianças eram punidas.

Ainda sobre o trabalho na roça, Orquídea ressalta que muitas vezes, ela e sua família iam para lavoura com muita fome, pois em casa não tinham com que se alimentar. Lembrança que evidencia a realidade financeira de sua família:

[...] as vez ‘nóis’ passava fome, só comia banana, banana, banana, de manhã, de meio dia, de noite, com farinha. Eu ia pra ‘loça’ [roça] com meu pai e meus irmão pra ajudar, bem cedo, depois ‘nóis’ passava numa ‘loça’ de pepino e comia, pra poder chegar em casa, vez tinha, vez não tinha comida em casa, ai comia antes pra garantir, né?! E não pegava só um não, pegava três, quatro, depois voltava ‘trabalha’ de novo, até de noite, carpindo fumo, carpindo aipim.

Orquídea era uma menina com deficiência intelectual, de família muito pobre. A condição financeira de sua família, a “fome” que ela recorda ter passado, possivelmente também contribuíram para que não pudesse ter um desenvolvimento mais amplo de suas potencialidades. Sua infância teria sido marcada pela deficiência, pobreza e trabalho infantil.

Kassouf (2007) diz que a questão do trabalho infantil se fez presente no Brasil desde os tempos de escravidão, das quais as crianças filhas de escravos nasciam e cresciam neste âmbito, encarregados de acompanhar seus pais nos diversos afazeres exploratórios, a qual os senhores de engenho lhes empregavam.

Nesse sentido, Marli de Oliveira Costa (2009) ao referir-se ao trabalho infantil dos narradores que compõem sua tese afirma:

Essas recordações mostram a realidade das famílias agricultoras, todas as crianças trabalhavam desde cedo. Era uma prática comum, e em alguns lugares ainda é, Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº2, julho/dezembro 2019.– Curso de Pedagogia – UNESC

levarem os filhos e filhas pequenos/as para o trabalho na roça. Daí que, de alguma forma, estão naturalizadas para esses rememoradores as práticas de trabalho infantil, visto como algo normal e positivo para a formação das crianças. (COSTA, 2009.p. 177)

A mesma autora, afirma ainda que no Brasil, a primeira Lei que regulamentou o Trabalho Infantil foi o Código de Menores de 1927, que proibiu o trabalho de crianças até 12 anos. A mesma autora reafirma que somente com a Constituição cidadã de 1988 e o Estatuto das Crianças e dos Adolescentes-ECA (1990), que as crianças passaram a ter direitos e deveres regulamentados.

O Estatuto da Criança e do Adolescente promove o cumprimento de leis que vedam o trabalho infantil, assim como se estabelece no artigo Art. 60 de tal documento: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.”.

Embora o trabalho fosse uma presença em sua infância, Orquídea recorda os brinquedos e brincadeiras:

## 5 OS BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS

Orquídea foi uma menina que desde criança foi inserida pelos pais no mundo dos afazeres de adultos e por este motivo, por vezes, acabou sendo privada de seu direito de percorrer com plenitude os estágios de desenvolvimento infantil. Segundo Facci (2004) cada estágio que a criança desenvolve é caracterizado pela realização de atividades que desempenham funções necessárias para o relacionamento da criança com a realidade a qual esta inserida, uma destas atividades podem ser representadas pela brincadeira e pelo brinquedo.

Sendo a brincadeira um instrumento fundamental no desenvolvimento das capacidades cognitivas das crianças, autonomia, interação, imaginação, criatividade e dentre outros aspectos fundamentais no desenvolvimento infantil. Nesse sentido, ao se referir de brinquedo, segundo Alexei N. Leontiev, temos:

O brinquedo é a atividade principal da criança, aquela em conexão com a qual ocorrem as mais significativas mudanças no desenvolvimento psíquico do sujeito e

na qual se desenvolvem os processos psicológicos que preparam o caminho da transição da criança em direção a um novo e mais elevado nível de desenvolvimento. (LEONTIEV, 1998, p.122)

Embora Orquídea tenha trabalhado quando criança, a mesma recorda dos momentos de brincadeiras com seus irmãos e também dos brinquedos que produziam para se divertirem, visto que a família não possuía condições financeiras para comprar brinquedos industrializados. Assim, recorda Orquídea sobre as brincadeiras com os irmãos:

Quando ‘nóis’ não trabalhava, a minha boneca era a espiguinha de milho eu fazia pra brincar, ou ‘cozinhadinha’. E ‘nóis’ fazia comidinha, como que é... [pausa] com amorinha, mexerico, ai fazia as comidinha. Às vezes, fazia de terra, por que ‘tava’ mal de vida, passava trabalho, fome. Vezes fazia panelinha de barro, pra poder brincar né? Cuidava da galinha e dos passarinho pra não comer o arroz e brincava assim.

Ao se tratar da construção da boneca de milho verde, Orquídea recorda: “Eu arrancava do pé, fazia vestidinho, recortava os pano velho que a mãe não usava mais, passava o pente e ‘tava’ pronta a boneca pra brincar de casinha com a minha irmã”. Nesse sentido, Pereira (2013) ressalta que por meio da transformação de um objeto em brinquedo a criança utiliza sua imaginação e inventividade para se apropriarem de um momento divertido em suas vidas. Momento este, não somente de diversão, mas que carrega consigo fatores que contribuem para o desenvolvimento infantil, visto que por intermédio do ato de brincar a criança se relaciona com meio a qual esta inserida, vivencia a sua realidade e desenvolve suas potencialidades. Assim como diz Vygotsky:

É enorme a influência do brinquedo no desenvolvimento de uma criança. No brinquedo, o pensamento está separado dos objetos e a ação surge das idéias e não das coisas: um pedaço de madeira torna-se um boneco e um cabo de vassoura torna-se um cavalo. O brinquedo é um fator muito importante nas transformações internas do desenvolvimento da criança. (VYGOTSKY, 1998, p. 35).

Em meio a este momento de confecção de brinquedos, Orquídea recorda de um momento triste relacionado com a boneca de milho verde que produzia e que constantemente ocorria em sua infância. Por ser de uma família humilde, Orquídea precisava se despedir da sua boneca no final do dia para suprir suas necessidades, assim como recorda: [...]“só que de

noite, quando batia a fome, a gente tinha que dar os ‘sabuguinho’ [milho] pra mãe, aí ‘nóis’ comia, pra não ficar com fome e eu ficava sem a boneca”, evidenciando assim a maneira como a pobreza se reflete em suas lembranças.

Orquídea lembrou sobre as brincadeiras nos dias de chuva, dias esses que os pais não iam para a roça trabalhar, porém ela e seus irmãos não eram dispensados dos afazeres de casa, pois, eles precisavam nesse dia ir dar alimentos as criações e somente após que poderiam brincar:

‘Nóis’ ia brincar na chuva quando chovia, mas só depois de dar as comida pras criação, tratava dos bichinhos e depois ia brincar na chuva, nem gripe pegava, brincava depois ia pra casa e tomava um banho e ficava quentinho, quentinho.

Referindo-se as brincadeiras realizadas com os irmãos, Orquídea recorda dos momentos em que ela e seus irmãos iam brincar, mas ficavam receosos devido ao pedido do pai por silêncio, pois, no momento em que as crianças podiam brincar, os pais descansavam: “Meu pai ficava bravo quando a gente brincava, porque ele queria dormir pra descansar, brigava pra não brincar, só não batia porque a mãe não deixava e brigava até com ela.”.

Com estes relatos quanto ao brincar, pode-se perceber a maneira que o brincar foi visto pela família de Orquídea, a exemplo de outras famílias brasileiras, como um momento realizado apenas quando as crianças não estavam trabalhando. Atualmente, sabe-se que a brincadeira e o brinquedo são fatores indispensáveis na construção de vida de uma criança e que deve se fazer presente dentro de todo o seu desenvolvimento e não realizado apenas em momentos ociosos e disponíveis que a família possui, como ocorreu com Orquídea e seus irmãos.

Nesse sentido, Vygotsky (1998) aponta que é com o ato de brincar que a criança se apropria do mundo real, sendo por meio da brincadeira um momento a qual recria a sua realidade por intermédio da imaginação. É nesse momento, com o uso da imaginação que a criança realizará brincadeiras envolvendo a troca de papéis, a qual muda suas atitudes e comportamentos se espelhando a algo da sua realidade, como sua mãe, seu professor ou até mesmo um animal, ou quando realiza as brincadeiras de ‘faz-de-conta’, como no caso de Orquídea que brincava de casinha com sua irmã, possivelmente se espelhando na realidade vivida por sua mãe e com os seus afazeres diários.

Esse mesmo autor destaca outro aspecto importante relacionado ao brincar, que se diz respeito a “Zona de Desenvolvimento Proximal” da criança.

O brincar cria na criança uma zona de desenvolvimento proximal, que é por ele definida como a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 1998, p.112)

Com base ainda em Vygotsky, em relação ao desenvolvimento real, significa todo aquele conhecimento que a criança já fez apropriação para sua vida e que já realiza de forma autônoma. Diferentemente da “zona de desenvolvimento proximal”, que se caracteriza sobre tudo aquilo que a criança consegue fazer, apenas com a intervenção de um determinado auxílio, mas que futuramente virá a realizar independentemente.

Com base nestes aspectos que se afirma a importância do brincar para contribuir no desenvolvimento das potencialidades infantis, contribuindo em processos que já se concluiu, quanto naqueles que precisam ser desenvolvidos.

Dessa forma, compreendendo a grande importância do brincar, atualmente existem leis que asseguram que a criança seja contemplada com esse momento de vida, como por exemplo o ECA, que preconiza vários direitos para a criança e o adolescente, dentre eles, o direito ao brincar e se divertir.

Em relação as brincadeiras é necessário ressaltar a importância e contribuição que esse momento proporciona para crianças com deficiência intelectual, assim como postula Vigotsky (1998) que o brincar e os brinquedos contribuem no desenvolvimento de crianças com necessidades educacionais especiais, isso pois, auxiliam na comunicação, na superação de barreiras, na criatividade, no autocontrole e dentre outros aspectos essenciais para um pleno desenvolvimento.

Portanto, Orquídea foi uma criança com deficiência intelectual moderada e , não foi estimulada como a maioria das crianças, estímulo este que pode vir do brincar, para que desenvolvam suas capacidades. Com base nos relatos de Orquídea, o ato de brincar pouco se fez presente no decorrer de sua infância, pode-se pensar que isso ocasionou maior atraso em suas capacidades cognitivas e motoras.

## 6 ORQUÍDEA COMO ALUNA – AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS NA ESCOLA

Em relação a sua escolaridade, por não possuir um diagnóstico de Deficiência Intelectual Moderada logo na infância, seus pais a matricularam na rede de ensino regular, onde permaneceu por quatro anos e como se recorda, pouco aprendeu. Relativo ao tempo de permanência no ensino, sabe-se que em algumas famílias, quando as leis não obrigavam colocarem seus filhos nas escolas elas incluíam as crianças no ambiente de trabalho e acreditavam, juntamente com a sociedade que, a partir de uma determinada idade, não se fazia necessário a continuidade dos estudos, assim como ocorreu com Orquídea e seus irmãos. Nesse sentido, Orquídea recorda sobre seu momento na escola:

Quando não trabalhava, ia pra escola, eu fui quatro anos só. E aprendi só a estrada [risos]... Eu não sei 'lê', a professora daqui tava tentando me ensinar, mas eu não consegui, só escrevo o meu nome, mas se manda eu escrevê o nome do meu amigo eu não sei. O meu nome eu sei porque lembro, só copio do que eu lembro, dos meus amigo não.

Com esse mesmo pensamento Orquídea comenta que era uma menina muito tímida no ambiente escolar: “Ihhhh... eu era quieta, que vergonha! Tinha vergonha de falar e quando eu não queria fazer as coisa eu ficava no meu canto, sozinha.”. Evidencia assim, a forma como se via como aluna. Em momento posterior, Orquídea comenta sobre as lições de casa que a professora encaminhava e mostra o medo que sentia quanto a este momento de aula:

Ela passava as continha, eu copiava, quando chegava em casa e tinha que 'fazê' eu não me lembrava de nada, não entendia o que tava ali, como era. E tinha medo né, a professora colocava atrás da porta. Eu nunca fui, vez ficava assim, só copiava do quadro, vez ela me ajudava a 'fazê' no outro dia.

Suas experiências escolares nos mostram pontos existentes na educação em tempos anteriores a Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1996, demonstrando como a existência de castigos se faziam presentes para aqueles alunos que não realizavam os deveres de casa, assim como evidencia o modo como os professores direcionavam seus ensinamentos, sem adequar o ensino para as dificuldades de seus alunos e sem os compreender perante suas limitações.

A Proposta Curricular de Santa Catarina (2006) traz os dados de que em 1954, Rio de Janeiro criou a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE do Brasil, inspirados em ideais norte americanos. Nesse sentido, Pereira (2013) ressalta que por intermédio da Constituição Brasileira de 1988 passou-se a promover o acesso a rede de ensino regular para as crianças, propagando também o ensino especializado dentro do ambiente escolar para as crianças com necessidades especiais.

Sasaki (2003) ressalta que com o decorrer das décadas começaram a aparecer iniciativas para a criação de classes especiais. Com essa conquista a pessoa com deficiência pôde ir às escolas, porém, estudava em uma sala separada das demais crianças, porque para os estudiosos, esses alunos atrapalhavam as salas comuns, atrasando os conteúdos obrigatórios e cansando os professores, visto que eram alunos que não aprendiam como os demais.

Com a Lei de Diretrizes de Bases 9394/96 (BRASIL, 1996), os direitos da pessoa com deficiência foram determinados e a fase da inclusão implementada. A proposta Curricular de Santa Catarina (2006) traz dados referentes às normas praticadas nessa lei e a mais relevante está relacionada a oferta educacional às pessoas com deficiência extinguindo o atendimento “exclusivo” em escolas especiais e deixa explícito que esses alunos deveriam ser atendidos preferencialmente nas classes regulares de ensino.

De acordo com Sasaki (2003), apesar dos apelos e negações dos profissionais de ensino, pela falta de metodologias e adaptações curriculares naquele contexto histórico, foi de singular importância para a inclusão escolar vista nos dias de hoje. Sem aquele incentivo da lei, não teria sido criado e estudado tanto em prol da pessoa com deficiência.

Mas as pessoas adultas com deficiência não obtiveram tais benefícios, pois quando viveram o seu momento escolar, o que era visto na sociedade e no cotidiano educacional, era um momento a qual não se pensava sobre o aprendizado de uma pessoa com necessidades especiais. E com a história de vida de Orquídea percebe-se o modo como seu ensino foi regido, foi uma aluna com necessidades especiais, que não apresentava um diagnóstico, sim muitas dificuldades, e que dentro do ambiente escolar a qual frequentou, não foi contemplada com as adaptações de ensino que necessitava para que desenvolvesse suas capacidades.

## 7 ORQUÍDEA NA APAE

Em conversa com a orientadora pedagógica de APAE de Turvo, recebi informações sobre o modo como o atendimento era realizado no momento em que Orquídea foi matriculada no ano de 1990. De início, a turma a qual frequentou, tinha seus fazeres voltados a preparação para o mercado de trabalho, demarcado pelo assistencialismo.

Nesse período, os alunos faziam bombons de chocolate em uma cozinha experimental e confeccionavam tapetes em teares, suas produções eram destinadas a venda e os lucros eram dividido em partes iguais e revertido para os alunos, assim eles próprios decidiam a melhor maneira de utilizar, por vezes iam ao mercado, acompanhados com alguma professora para comprarem algo do seu desejo ou planejavam passeios com a turma.

Ainda com base nos relatos da orientadora pedagógica, apenas a partir do ano 2000 que a APAE ampliou seu foco para a área pedagógica devido a uma mudança de ideologia de professores e gestores da instituição em questão. Atualmente contam, com o Serviço Pedagógico Específico – SPE, assim passando a realizar um atendimento voltado ao foco educacional. Nesse sentido, Krasniak (2009, p.42) destaca acerca deste serviço: “[...] o SPE, privilegia o atendimento dos sujeitos com deficiência mental baseado nos princípios da elaboração conceitual, visando à qualificação das estruturas cognitivas superiores.”

Orquídea frequenta a APAE de Turvo e conta com um atendimento educacional onde construiu várias amizades com seus colegas de turma, funcionários e professores. O que acabou desenvolvendo um sentimento diferente em relação á algumas datas comemorativas, como ressalta: Aqui, no final do ano, no Natal, a gente brinca de amigo secreto, eu ganho bastante presente, não vejo a hora de ser de novo.” Evidenciando assim, o modo como criou laços afetivos com os integrantes deste ambiente.

Tratando-se de momentos de lazer dentro da APAE, Orquídea comenta sobre aqueles que participa e mais se diverte, sendo eles “Gosto de fazer aqui na APAE os tapete, às vezes a gente vai nos jogo também, ver jogar ou jogar, tem os desenhos, tem bastante coisa legal que a gente faz e que aprendi tudo aqui, com as professora.”. Sua fala, nos remete ao modo como a pessoa com deficiência sente mais prazer ao aprender, por meio de ações concretas, de atividades lúdicas, como os jogos, por exemplo.

Nesse viés, cabe salientar que Orquídea participa das competições nos Jogos Paradesportivos - PARAJERVA e nos Jogos Escolares Paradesportivos de Santa Catarina – PARAJESC e também, atua nos festivais de dança sendo reconhecida pela sua facilidade em gravar os passos; sempre considerada e reconhecida como referência para os outros participantes durante as realizações de suas apresentações. Ainda em relação a sua participação em eventos na Instituição, destaca-se a presença no Grupo de Produções Artesanais, contribuindo na confecção de tapetes, que são destinados ao bingo anual que a instituição produz.

Na entrevista realizada, Orquídea comentou sobre seu gosto particular em relação às aulas de informática que participa na APAE, demonstrando como o ensino por meio da tecnologia o auxilia na aprendizagem.

Eu tenho aula de computador, de informática. A professora dá joguinho, mas não é joguinho fácil, não. É de quebra cabeça, e pior que quebra a cabeça mesmo [risos], mas é bom que a gente vai acostumando e vai conseguindo jogar, né?

Orquídea frequenta a APAE todos os dias e como atualmente reside com seu irmão e com a cunhada na cidade de Turvo, possui autonomia para ir e voltar sozinha para a instituição. Faz este caminho a pé, pois seu médico indicou-lhe a realização de atividades físicas comuns, como a caminhada, com o intuito de melhorar a dor que sente nas costas, o qual como ressaltado em um momento anterior, diz ser por conta do trabalho exercido na infância e adolescência.

## 8 CONCLUSÃO

Esse estudo buscou compreender a maneira como as memórias de pessoas com deficiência avaliam e dão significados as suas experiências de vida. Num primeiro momento, busquei relacionar as memórias da entrevistada sobre sua infância, relacionando com a história do tratamento às pessoas com deficiências. Posteriormente, destaquei as lembranças sobre dados sobre a questão do trabalho infantil, observando essa realidade no Brasil até a promulgação do ECA.

Na sequência, o estudo evidenciou as memórias sobre o período escolar, mostrando como a pessoa com deficiência, ou dificuldades, como se caracterizou no caso de Orquídea, que por não conter um diagnóstico na infância, a família a via como uma menina “diferente” e os professores como uma aluna com dificuldades. Nesse sentido, ressaltar os avanços com os quais a educação atualmente conta, a fim de promover um ensino de qualidade para todas as crianças.

Desse modo, por meio da história oral, consegui ouvir uma pessoa com deficiência em relação a sua infância e registrar a sua voz. Esse estudo me fez pensar sobre a capacidade que as pessoas com deficiência possuem e que por vezes são desacreditadas em suas potencialidades, Orquídea mostrou-me que em meio a tantos momentos trabalhosos que percorreu em sua vida e com os poucos estímulos que teve em seu desenvolvimento infantil, consegue rememorar sua infância, mostrando-me os sentimentos que provem destas lembranças.

Por fim, cabe ressaltar que atualmente muito se almeja em questão de uma inclusão social e meios que possibilitem essa ação. Com esse estudo pode-se evidenciar que durante muito tempo a pessoa com deficiência foi “silenciada” e por vezes, essa visão ainda se propaga em nossa sociedade. Porém, é possível perceber a forma como oportunizar narrativas destas pessoas, podem contribuir na realização do desejo de mudança na educação, desejo esse, de que cada pessoa seja respeitada, ouvida e compreendida em sua diferença.

## 9 REFERÊNCIAS:

ARCE, Alessandra; DUARTE, Newton. **Brincadeira de papéis sociais na educação infantil**: as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xamã, 2006.

ARROYO, Miguel G, VIELLA, Maria dos Anjo Lopes e SILVA, Maurício Roberto (orgs). **Trabalho Infância**: Exercícios tensos de ser criança, haverá espaço na agenda pedagógica? Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. S.P: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** 1990. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 01 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Declaração de Salamanca. **Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** 1994. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** 1996. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 22 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York.** 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 01 out. 2018.

COSTA, Marli de Oliveira. **Infância e 'artes' das crianças: memórias, discursos e fazeres (sul de Santa Catarina - 1920 a 1950).** 2009. 293 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2009.

DORNELAS, Lílian de Fátima. et al. **Atraso do desenvolvimento neuropsicomotor: mapa conceitual, definições, usos e limitações do termo.** 2015. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/pdf/rpp/v33n1/pt\\_0103-0582-rpp-33-01-00088.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rpp/v33n1/pt_0103-0582-rpp-33-01-00088.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2018.

FUNAYAMA, Carolina Araújo Rodrigues. **Anóxia neonatal e sequelas neurológicas.** 2005. Disponível em: <[http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/20337/3262510\\_109706.pdf](http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/20337/3262510_109706.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GUGEL, Maria Aparecida Gugel. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho.** Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

KASSOUF, Ana Lúcia . **O que conhecemos sobre o trabalho infantil?.** 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512007000200005&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512007000200005&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 20 set. 2018.

KRASNIAK, Janice Aparecida Steidel. **Programa pedagógico.** 2009. Disponível em:  
<<http://www.fcee.sc.gov.br/index.php/downloads/legislacao/programa-pedagogico-em-educacao-especial/445-programa-pedagogico/file>>. Acesso em: 01 out. 2018.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº2, julho/dezembro 2019.– Curso de Pedagogia – UNESC

LEONTIEV, A.N. **Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil**. São Paulo: Ícone, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 80 p.

PEREIRA, Josiane Eugênio. **História, Memória e Educação: infâncias de pessoas com deficiência mental/intelectual (Maracajá-SC, 1955-1970)**. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/1759/1/Josiane%20Eug%C3%AAnio%20Pereira.pdf>>. Acesso em: 21 Set. 2018.

SANTA CATARINA (Estado). Secretária de Estado da Educação. **Fundamentação Catarinense de Educação Especial**. Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina: Coordenador Sergio Otavio Bassetti – São José: FCEE, 2006, 52 p.

SASSAKI, Romeu Kazumi,. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003. 174p.

SILVA, Otto Marques da. **Epopéia ignorada**. Edição de Mídia. São Paulo: Editora Faster, 2009.

VIEIRA, Fernando David; PEREIRA, Mário do Carmo. **'Se houvera quem me ensinara': a educação de pessoas com deficiência mental**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 2003. 201 p.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.